



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo os dados oficiais, até ao passado mês de Março existiam em Macau 4342 edifícios industriais, comerciais e habitacionais com mais de trinta anos, aos quais, no futuro, vão juntar-se mais 200 prédios por ano. Com o envelhecimento dos prédios, têm-se registado cada vez mais casos de infiltrações de água e obstrução de esgotos.

O Governo criou, em 2009, um "Centro Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios", que é coordenado pelo Instituto de Habitação (IH) e funciona de forma "one stop" para ajudar os proprietários das fracções a descobrir as fontes de infiltração e a identificar os respectivos responsáveis.

Entre a criação do referido centro e o final de Abril do corrente ano, foram recebidos 9031 casos e 8457 estão já resolvidos, uma vez que os proprietários já confirmaram as reparações feitas, portanto, uma percentagem de 70,71%. Quanto aos casos pendentes, há 574 casos em que já foram descobertas as fontes de infiltração, mas que ainda não estão reparadas, e 2681 casos que ainda estão por acompanhar, ao passo que há 248 casos sem os respectivos exames realizados, por ausência dos proprietários ou falta de colaboração dos mesmos.

Os problemas de falta de colaboração dos proprietários para proceder ao



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

exame ou às reparações surgiram desde o início de funcionamento do referido centro, mas o Governo nunca arranjou, seriamente, soluções para resolver estes problemas, o que piora as situações de infiltração e obstrução de esgotos, perturbando as fracções em causa e afectando gravemente a higiene pública e a estrutura dos respectivos prédios.

Em 2012, apresentei uma interpelação oral e solicitei ao Governo que revisse todas as tarefas executadas em relação a este assunto, no sentido de equilibrar, do ponto de vista jurídico, a protecção do direito de propriedade e o interesse público. Mas, até agora, não se vê que o Governo tenha alguma sugestão para a revisão das leis correspondentes.

Na sessão de interpelação oral do passado mês de Maio, o respectivo Secretário afirmou que, como há falta de pessoal, só pode ser feito o possível para resolver os casos de infiltrações, e que é difícil melhorar a eficácia dos respectivos trabalhos e reduzir o tempo de espera para os residentes obterem o relatório de inspecção. Na sua opinião, a sociedade deve pensar se deve ou não ser o Governo a tratar dos problemas de infiltrações dos edifícios privados. O Governo quer ainda, na altura da revisão do Direito Processual Civil, considerar o alargamento da jurisdição do Juízo de Pequenas Causas Cíveis, abrangendo o tratamento dos casos de infiltrações e os problemas com a respectiva inspecção e manutenção.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Face ao problema das infiltrações que perturba os residentes, aquando da revisão da lei e do aperfeiçoamento dos procedimentos, como é que o Governo vai resolver o grande velho problema de alguns proprietários não colaborarem na inspecção nem fazerem a manutenção?

2. O Juízo de Pequenas Causas Cíveis tem competência para conhecer as causas que envolvem obrigações pecuniárias e direitos do consumidor até 50 mil patacas. Nos processos desse Juízo, a constituição de advogado não é obrigatória nem há lugar ao pagamento de quaisquer preparos, podendo as petições iniciais ser apresentadas ao Tribunal Judicial de Base através de impressos próprios. Atendendo ao acelerado desenvolvimento económico registado nos últimos anos, as respectivas entidades competentes vão pensar em elevar esse montante e alargar a jurisdição desse Juízo para abranger os casos das infiltrações e respectiva inspecção e manutenção?

3. Pressupõe-se que, para recorrer à via judicial a fim de resolver as infiltrações, o proprietário afectado tem de apresentar ao tribunal um relatório de inspecção científico, neutro e fiável, mas em Macau existe grande falta de profissionais para a elaboração destes relatórios de inspecção, a grande maioria dos canalizadores experientes, normalmente, não tem capacidade para isso, os engenheiros profissionais nem sempre assumem as funções de inspecção de infiltrações, e as inspecções, habitualmente, exigem o uso de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

aparelhos profissionais. O Governo deve disponibilizar cursos de formação específicos para assegurar aos residentes a possibilidade de encontrar os respectivos técnicos habilitados no mercado e, através da promoção de uma triagem no mercado privado, atenuar a pressão do Centro para o Tratamento de Infiltrações de Água e permitir que os residentes com capacidade ou com necessidades urgentes descubram, eficazmente, a fonte das infiltrações. Vai fazê-lo?

2 de Junho de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau  
Kwan Tsui Hang